

Público

08-10-2021

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Pagina(s): 8

Um Orçamento fundamental



Pedro Filipe Soares

página da pandemia parece já estar escrita nas suas grandes linhas, pelo menos no território nacional, mas os efeitos sociais e económicos que criou estão ainda longe de ser ultrapassados. Nas escolhas em que

uttrapassados. Nas escoinas em que determinamos o nosso futuro decidiremos como construir um pós-pandemia que não seja meramente o regresso ao passado das nossas imperfeições.

nossas imperieiçoes.

O Orçamento do Estado para 2022 é uma peça fundamental para os primeiros passos a dar. Materializa o plano para a recuperação económica e lança caminho para os grandes objetivos a traçar. Mas quais são essas metas? Essa é a questão fundamental, só sabendo para onde se vai é que se podem dar os passos certos para lá chegar. Por vexes, o caminho até pode nem ser línear, mas o que interessa é

não perder o norte. Será que é isso que está a acontecer?

Desde 2015, o caminho foi de recuperar o país de todas as maldades feitas no período da troika. Foi um caminho importante, com desafios vários que se conseguiram ultrapassar. A urgência das decisões na defesa de direitos e liberdades ocultou várias insuficiências que se foram manifestando com mais premência à medida que o tempo passava. A pandemia expôs algumas dessas dificuldades, da enorme precariedade laboral (em particular dos jovens) à falta de investimento em serviços públicos. É tempo de aprendermos com esses erros quando temos na mão tanto para construir.

temos na mão tanto para construir.

Sabemos do que dizia António Costa sobre as alterações às leis laborais: não era tempo para isso em 2016, porque a mudança de ciclo tinha acabado de acontecer. Não era pertinente em 2017, não era pertinente em 2018 em 2019 acabou por se juntar ao PSD para alargar o período experimental — mexeu para pior. Mas a pandemia pareceu uma epifania nesta matéria e o primeiro-ministro foi a uma conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmar categoricamente que "esta crise pôs em evidência as fraturas profundas da nossa sociedade e o preço que pagamos pela excessiva de sreço que pagamos pela

nos habituamos a chamar mercado de trabalho". Só que o ponto de viragem ficou na retórica, porque o Governo se recusa a desfazer os nós que a *troika* deixou na legislação laboral: desprotegeu trabalhadores e a contratação coletiva, embarateceu despedimentos e promoveu a precariedade. É caso para perguntar: nas questões laborais, há PS para além da *troika*?

No que toca ao investimento público, a querela entre Pedro Nuno Santos e João Leão mostra bem a dimensão do problema. As gavetas do Ministério das Finanças têm o poder de silenciar (e paralisar) as decisões estratégicas do Conselho de Ministros. E, por ter sido mais estruturado em Bruxelas do que em território nacional, o Plano de Recuperação e Resiliência português peca por defeito em alguns dos problemas estruturais do país, como é o caso da habitação. Falha ainda na defesa da oualidade dos servicos públicos.

Vejamos o que aconteceu no SNS nestas últimas semanas. As demissões de profissionais descontentes com a permanente desvalorização do seu trabalho e das suas carreiras é a ponta de icebergue das fragilidades que há num plano curto para enfrentar os desafios pós-pandemia. As sequelas da covid-19, a recuperação da atividade que foi adiada ou protelada e a

resposta aos desafios que coloca o envelhecimento da população mostram que a manta é demasiado curta para cobrir as necessidades estratégicas. As promessas de mais profissionais caem como castelo de cartas quando vemos os concursos que ficam vazios ou a população sem médico de família a aumentar. E não há estratégia à vista para resolver este problema.

O aumento do custo de vida, que tem na

O aumento do custo de vida, que tem na energia apenas um dos problemas, é outro dos perigos a pairar. A inflação começa a acelerar e bens essenciais a aumentar o preço. A política de rendimentos do Governo não é ambiciosa o suficiente para enfrentar este perigo e atacar a desigualdade. Por outro lado, falta-fhe a sensibilidade e a justiça para sarar uma das feridas que ainda doem na vida de quem trabalhou uma vida inteira e sentiu o corte absurdo do fator de sustentabilidade na sua pensão e na sua dignidade.

São escolhas, é certo. São sempre. Mas há momentos em que essas escolhas são mais fundamentais e que o erro não é admissível. Ainda estamos a tempo de emendar a mão e corrigir estes erros, mas não temos a eternidade para o fazer.

Presidente do Grupo Parlamentar do